

# Frágil e não resolvido

William Waack

O último acordo do Brasil com os bancos credores é o terceiro de uma série iniciada em dezembro de 1982, e demonstra espantosa continuidade. A rigor, não existe absolutamente a menor diferença entre o que diziam os negociadores brasileiros de então (Delfim, Galveas, Langoni e, mais tarde, Pastore) e as frases do atual governo, que parecia ter saído a campo para reformar o sistema financeiro internacional.

Restringir-se aos aspectos técnicos da questão, isto é, tentar baixar *spreads* e prolongar prazos era ponto defendido por Galveas ainda no início de 1983. Estudar o comportamento de México e Argentina, para obter a partir daí as mesmas condições garantidas aos colegas de turma, o ex-presidente do BC, Carlos Geraldo Langoni, aventava no final de 83. Afirmar que as condições de pagamento eram intoleráveis para países em desenvolvimento fazia parte do discurso-padrão de seu sucessor, Afonso Pastore, em 1984.

Nesse mesmo ano, aliás, Pastore apresentou como ponto positivo para o governo brasileiro o fato de o *jumbo* (a expressão cairia em desuso) de 6,5 bilhões de dólares, recorde até o momento, ter sido acertado com os bancos "antes de acordo com o FMI". É exatamente essa a expressão que as autoridades utilizam agora, ao decidir renegociar parte do débito dentro dos parâmetros convencionais que criticaram asperamente durante os últimos três anos.

"A missão do FMI que virá ao Brasil vai encontrar o país cumprindo todas as metas a que se propôs; o déficit público está absolutamente dentro dos parâmetros acordados", garantiu Mailson da Nóbrega — a 24 de fevereiro de 1984, quando era Secretário-Geral da Fazenda. Evidentemente, a julgar por seus recentes pronunciamentos, o exemplar funcionário de carreira manteve-se coerente e não precisou alterar seu discurso quatro anos depois.

Contudo, o recente acordo com os bancos credores contém mais novidades — e perigos — do que se pensa:

- o Brasil e os bancos fixaram as necessidades de financiamento sozinhas. Antes, seus limites eram definidos através dos acordos com o FMI;
- em princípio, o *carve out* (reestruturação) pode se estender a todo o estoque da dívida, o que significaria aplicar *spreads* mais baixos, acertados agora, a um montante maior. Isto não ocorreu anteriormente.

Por enquanto, são apenas boas intenções. Há gente no governo que aposta em *acúmulo* de reservas no final do ano, concretizado o acordo com os bancos em sua versão atual. Isto significa que as necessidades de financiamento para fechar a conta corrente foram calculadas (e os bancos engoliram) de forma magnânima — um mérito dos negociadores brasileiros, sem dúvida. Seu temor é o de que a missão do FMI corrija sensivelmente para baixo essas estimativas, o que poderia implicar, por parte dos bancos, redução do volume de dólares que querem refinanciar.

Reestruturar a dívida antiga e submetê-la aos *spreads* novos, mais baixos, é um delicadíssimo trabalho de detalhe que ainda nem começou. É descrito pelos especialistas como excepcionalmente espinhoso e difícil, dado o número de contratos diferentes, valores, etc. Outro detalhe vai colocar os negociadores brasileiros à prova: a questão do *relending*, que, se for mal resolvida, provoca uma espetacular fuga de capitais. Ambas estarão sendo concluídas mais ou menos na época em que o FMI começa seus entendimentos com o governo brasileiro.

E dentro dessa perspectiva que os negociadores brasileiros defendem seu acordo como um dos mais positivos jamais alcançados. Eles acham que os números publicados não devem ser vistos de maneira absoluta, e sim em relação às circunstâncias: total desconfiança e irritação por parte dos credores, incertezas enormes quanto aos rumos políticos e econômicos do país, constante desorientação na conduta da renegociação da dívida externa.

O que eles mesmos se perguntam, porém, é se o Brasil tinha mesmo de negociar com os bancos. Alguns dos negociadores colocam-se numa posição difícil. Como economistas e possuidores de informações relevantes, acham que o Brasil poderia ter prosseguido com acordos interinos em 88 — graças ao excelente desempenho de sua balança comercial — e ter deixado para mais tarde o fechamento de um acordo com os bancos. Como técnicos, acreditam que conseguiram um grande resultado, algo no gênero "não serviu para nada, mas joguei bem à beça".

De fato, mesmo para os que participaram direta e ativamente das negociações, o acordo do começo desta semana não é sequer ainda um pedaço de papel. A história dos entendimentos anteriores mostra que entre o acerto de princípios e o desembolso efetivo, dos dólares transcorreram até 14 meses — uma eternidade, dada a rapidez em que se desenvolve a crise política brasileira. Alguns caracterizam seu arcabouço como algo tão frágil, que só mesmo o monitoramento do FMI poderia solidificar.

É bom ir admitindo desde já, porém, duas duras lições. A primeira, de âmbito mais restrito, mostra que o Brasil indicou com sua moratória um caminho a ser seguido mas se dobrou aos imperativos do sistema internacional e, principalmente, às próprias fraquezas da péssima conduta política interna.

A segunda, abrangente, preocupa mais. Ficou evidente que o governo americano soube utilizar muito melhor que o brasileiro os recursos clássicos de incentivos por um lado e sanções por outro, e obteve o resultado desejado. Há uma óbvia, inegável ligação entre o contencioso econômico-comercial e o da dívida externa. O que põe em xeque diretamente um dos princípios, mais caros mantidos pelos poucos que ainda se preocupam com a política externa brasileira: o do encapsulamento dos temas, que evitaria submeter tudo o que o Brasil faz a um só assunto (a dívida).

Ele está longe de ser resolvido. Resta só esperar que o próximo governo, de alguma maneira, leve em conta a experiência de agora.